

Os Direitos das mulheres são conquistas diárias

Nós, que entre 1986 e 2016, exercemos os cargos de Presidentas e Ministras de órgãos voltados para a afirmação e o exercício dos direitos das mulheres, nos reunimos hoje, profundamente consternadas com as milhares de vidas perdidas em nosso país pela pandemia do coronavírus. E, pelo grave momento de retrocessos e desrespeito aos espaços de controle social, que caracterizam a atuação do governo federal, principalmente em relação as conquistas e avanços das políticas públicas para as mulheres, jovens e idosos.

Ao longo da ditadura militar lutamos pela redemocratização das instituições políticas do país e pela qualificação do conceito de democracia, para que incluísse o princípio da igualdade entre mulheres e homens. Nos anos seguintes conquistamos espaços institucionais de políticas para mulheres, como o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1985) a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher (2002) e Secretaria de Políticas para Mulheres (2003) responsáveis pela construção e a implementação de uma agenda de defesa dos direitos das mulheres com base na perspectiva de gênero, alinhadas às recomendações internacionais de Direitos Humanos e em estreito diálogo e parceria entre o governo e as diferentes representações da sociedade civil.

Ao longo de 40 anos, em contextos políticos e econômicos diversos, os princípios de igualdade e equidade das mulheres com relação aos homens, o respeito à diversidade e ao pluralismo e a afirmação da laicidade do Estado, foram considerados pilares das políticas públicas desenvolvidas nos governos democráticos que se sucederam. Pilares afirmados também nas esferas internacionais onde o Brasil sempre foi respeitado por sua afirmação dos direitos humanos.

O golpe institucional contra a Presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, marcou o ponto de inflexão nesse processo e passamos a assistir ao dismantelamento do que foi construído ao longo destas décadas e ao fechamento do ciclo virtuoso de afirmação dos direitos humanos das mulheres.

O atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atua como o “braço forte” do chamado núcleo ideológico deste governo. Impõe uma perspectiva fundamentalista/religiosa, familista e patriarcal a seus programas e a transversaliza aos Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, da Educação, sob a orientação da Presidência da República e com o aval de grupos conservadores presentes no Legislativo e no Judiciário.

Os direitos das mulheres são uma conquista diária. O percurso até 2016 não ocorreu sem desafios e obstáculos, e só foi possível pela união de muitas forças, o que tornou as conquistas ainda mais importantes.

Lançamento esse manifesto ([ver aqui na íntegra](#)) para renovar nosso compromisso em manter viva a memória do que foi conquistado e com a certeza de que nossa caminhada conjunta fez e continuará fazendo a diferença. Chamamos a atenção das mulheres, em sua diversidade, para este projeto de destruição de seus direitos e, para a necessidade de que seja revertido por nós, da geração que contribuiu para escrevê-los, e sobretudo, pelas jovens, para que as futuras gerações vivam em um país que respeita as mulheres como cidadãs plenas de direitos e sem a imposição de dogmas e preconceitos que totem sonhos, liberdades, autonomia e dignidade.

São Paulo, 14 de maio de 2021

Jacqueline Pitanguy, Rosiska Darcy de Oliveira, Solange Jurema Bentes, Emília Fernandes, Iriny Lopes, Eleonora Menicucci e Nilma Lino Gomes.